

PLENA S/A | CNPJ/MF 09.470.230/0001-99

RELATÓRIO DA DIRETORIA: Senhores Acionistas: Em cumprimento aos preceitos legais e estatutários, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, permanecendo à disposição para prestar os esclarecimentos necessários. Recife-PE. A DIRETORIA.

Balancos patrimoniais Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais). Ativo Circulante: Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber de clientes, Estoques, Adiantamentos, Impostos a recuperar, Despesas antecipadas, Outros créditos.

Não circulante: Realizável a longo prazo, Adiantamentos, Impostos a recuperar, Imobilizado, Intangível. Total do ativo: 49.760.979 em 2022 e 47.727.088 em 2021.

Passivo e patrimônio líquido Circulante: Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, Provisão p/ riscos processuais, Parcelamentos de tributos. Total do passivo e patrimônio líquido: 49.760.979 em 2022 e 47.727.088 em 2021.

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais). Receita operacional líquida, Lucro líquido do exercício, Fluxos de caixa, Fluxo de caixa na atividade de investimento, Fluxo de caixa na atividade de financiamento.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em Reais). Reservas de lucros, Saldos em 31 de dezembro de 2020, Destinação do lucro, Saldos em 31 de dezembro de 2021, Destinação do lucro, Saldos em 31 de dezembro de 2022.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

1. Contexto operacional: A Plena S.A. ("Companhia") tem como objeto social o comércio de veículos automotores novos e seminovos, peças, acessórios, lubrificantes e prestação de serviço de assistência técnica. 2. Moeda funcional e de apresentação: O item incluído nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional").

maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. (b) Receita com a prestação de serviços: A receita de serviços somente é reconhecida quando da efetiva execução dos serviços contratados e na medida em que: Os custos relacionados a esses serviços possam ser mensurados confiavelmente e o valor da receita possa ser mensurado com segurança; Seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia. (c) Receita financeira: A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (impairment) é identificada em relação a um contrato a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

4. Caixa e equivalente de caixa: Caixa, Bancos, Aplicações financeiras. A composição do saldo de aplicações financeiras está apresentada no quadro a seguir: Rentabilidade média a.a. (%) 2022 2021. Banco Bradesco 6,53% 3,15. Banco do Brasil 100% CDI 2,552. Fundo Motordar 100% CDI 90,766. Fundo BMW Manufacturing 100% CDI 185,842. Itaú Fundo CDB 100% CDI 183,978. Banco Santander 100% CDI 4,589. Sofisa CDB 90% CDI 100,000.

5. Contas a receber de clientes: Duplicatas a receber, Valores a rec. de cart. créditos. 9. Imobilizado: Máquinas, equipamento, e ferrament., Veículo em uso, Móveis e utensílios, Equip. de informática. Saldo em 31 de dezembro de 2020, Saldo em 31 de dezembro de 2021, Saldo em 31 de dezembro de 2022.

Banco: Modalidade, Taxa de juros, Vencimento final. Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banco do Nordeste, Caixa Econômica Federal, Banco Sofisa, Banco Sofisa, Banco Itaú, Banco Alfa, Banco do Nordeste, Banco do Nordeste.

13. Obrigações fiscais: IRPJ a recolher, CSLL a recolher, ICMS Difal, PIS a recolher, COFINS a recolher, ISS a recolher, Outros. 14. Obrigações trabalhistas e encargos sociais: Provisão de férias, INSS a recolher, FGTS a recolher, INSS sobre férias, FGTS sobre férias, Outros.

15. Parcelamentos de tributos: Parcelamento previdenciário (a), Parcelamento PIS, Parcelamento COFINS, Parcelamento ICMS, Parcelamento IRPJ, Parcelamento CSLL.

16. Transações com partes relacionadas: Adiant. a partes relacionadas (Nt. 7), Adiant. a partes relacionadas (Nt. 7).

16.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração: O pessoal-chave da Administração inclui todos os administradores da Companhia (diretores executivos e não executivos). A remuneração paga ao pessoal-chave da administração por serviços prestados está apresentada a seguir:

Aging list de duplicatas a receber: 2022 2021. A vencer, Vencidos até 30 dias, Vencidos até 60 dias, Vencidos até 90 dias, Vencidos até 180 dias, Vencidos há mais de 180 dias.

6. Estoques: Estoque de veículos novos, Estoque de veículos seminovos, Estoque de peças, acessórios e produtos diversos, Adiantamento a fornecedores.

7. Adiantamentos: Evandro Barbosa dos Santos, Six Comércio de Veículos, Seven Comércio de Veículos, Frota Mais Locadora.

8. Impostos a recuperar: ICMS ST (a), ICMS a recuperar, IR e CS a recuperar, Outros tributos a recuperar.

9. Imobilizado: Saldo em 31 de dezembro de 2020, Saldo em 31 de dezembro de 2021, Saldo em 31 de dezembro de 2022.

10. Empréstimos e financiamentos: Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banco do Nordeste, Caixa Econômica Federal, Banco Sofisa, Banco Sofisa, Banco Itaú, Banco Alfa, Banco do Nordeste, Banco do Nordeste.

13. Obrigações fiscais: IRPJ a recolher, CSLL a recolher, ICMS Difal, PIS a recolher, COFINS a recolher, ISS a recolher, Outros.

14. Obrigações trabalhistas e encargos sociais: Provisão de férias, INSS a recolher, FGTS a recolher, INSS sobre férias, FGTS sobre férias, Outros.

15. Parcelamentos de tributos: Parcelamento previdenciário (a), Parcelamento PIS, Parcelamento COFINS, Parcelamento ICMS, Parcelamento IRPJ, Parcelamento CSLL.

16. Transações com partes relacionadas: Adiant. a partes relacionadas (Nt. 7), Adiant. a partes relacionadas (Nt. 7).

16.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração: O pessoal-chave da Administração inclui todos os administradores da Companhia (diretores executivos e não executivos). A remuneração paga ao pessoal-chave da administração por serviços prestados está apresentada a seguir:

Remuneração total do pessoal-chave da Administração: 2022 2021. Causas Cíveis (a), Causas Tributárias (b).

16.3. Remuneração do pessoal-chave da Administração: O pessoal-chave da Administração inclui todos os administradores da Companhia (diretores executivos e não executivos). A remuneração paga ao pessoal-chave da administração por serviços prestados está apresentada a seguir:

16.4. Remuneração do pessoal-chave da Administração: O pessoal-chave da Administração inclui todos os administradores da Companhia (diretores executivos e não executivos). A remuneração paga ao pessoal-chave da administração por serviços prestados está apresentada a seguir:

Remuneração total do pessoal-chave da Administração: 2022 2021. 17. Provisões para contingências: A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por esses especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. De acordo com os assessores jurídicos, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía processos com probabilidades de perdas prováveis e possíveis, assim apresentadas:

Provisões Possíveis: Causas Cíveis (a), Causas Tributárias (b).

18. Patrimônio líquido - Capital social: O capital social suscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é R\$ 8.000.000. O capital está representado por 8.000.000 ações, no valor nominal de R\$ 1,00 cada, como segue:

Acionista: Evandro Barbosa dos Santos, Marília Cavalcanti Valença.

Reserva legal: É constituída anualmente a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, reduzindo-se a parcela referente à subvenção governamental, nos termos do art. 193, da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

18. Receita operacional líquida: 2022 2021. Receita Bruta de Vendas, Custos de vendas, Despesas com vendas, Depreciação e amortização, Despesas com comissões, Impostos, taxas e contribuições, Despesas administrativas, Despesas pessoais e gerais, Outras rec. e desp. operac.

18. Informações sobre a natureza dos custos e despesas reconhecidos na demonstração do resultado: A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação de custos e despesas baseada em sua função. As informações sobre a natureza desses custos e despesas reconhecidos na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

2022 2021. Custos veículos novos, Custos veículos seminovos, Custos peças e acessórios, Custos com pessoal, Aluguel e manutenção de máquinas e móveis, Gastos com pessoal, Serviços prest. de terceiros, Despesas com vendas, Depreciação e amortização, Despesas com comissões, Impostos, taxas e contribuições, Gastos administrativos, Gastos com materiais, Combustíveis e lubrificantes, Recuperação de despesas, Perda de valores (a), Garantia estendida (b), Outras rec.e (despesas).

21. Resultado financeiro: 2022 2021. Recentas financeiras, Descontos financeiros obtidos, Rendim. de aplic. financeiras, Outras receitas financeiras, Despesas financeiras, Juros sobre empréstimos e financiamentos, Juros sobre depósitos, Juros sobre capital próprio, Multas pagas, Tarifas bancárias, Imposto sobre oper. financeira, Descontos concedidos, Outras despesas financeiras.

22. Imposto de Renda e Contribuição Social - Conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

Imposto de Renda e Contribuição Social: Resultado ant. do IR e contr-social, Alíquota com base IR e CSLL (%), IR/CSLL à alíquota nominal, Efeito dos ajustes ao lucro tributável referentes às adições e exclusões.

23. Instrumentos financeiros - 23.1. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros: A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. A Companhia não opera com instrumentos financeiros para fins especulativos, bem como derivativos.

23.2. Contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa: Essas contas são ativos financeiros da Companhia, seus valores contabilizados aproximam-se de sua realização. 23.3. Gestão de riscos financeiros: Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

23.4. Risco de taxa de juros: O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de curto e longo prazo. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. (b) Risco de crédito: O risco de crédito de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha. A área de

análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. (c) Risco de liquidez: A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda. 24. Eventos subsequentes - Supremo Tribunal Federal ("STF") muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária: Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 811 - Recursos Extraordinários nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227. Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Superior Tribunal entender diferente sobre o tema. Ou seja, se após a sua empresa conseguir autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido. A Administração avaliou com seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da Administração suportada por seus Assessores Jurídicos, e em consonância com o CPC/25/IAS/3 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC/24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022 e 2021. J.P.E. Evandro Barbosa dos Santos, Contador CRC 012285/P-6.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da Plena S.A. Recife - PE. Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis da Plena S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Plena S.A. (Companhia), em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas. Base para opinião sobre as demonstrações contábeis: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Ênfase - Operações com partes relacionadas: Conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 16 às demonstrações contábeis, a Companhia mantém transações com partes relacionadas. Os resultados dessas transações poderiam ser diferentes, caso tivessem sido efetuadas com partes não relacionadas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das conclusões significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Recife, 27 de junho de 2023. BDO RCN Auditor Independente S.S. Ltda. - CRC 2 PE 001269/F-8; Mário Jorge Costa Fernandes Contador - CRC 1 PE 011500/O-6.



## Publicidade Legal - 14 de julho de 2023 - BALANÇO - PLENA S A pdf

Código do documento cdb51648-3953-433a-965c-a5496b0d389f



### Assinaturas



EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100  
Certificado Digital  
fabiohenrique@folhape.com.br  
Assinou

### Eventos do documento

#### 13 Jul 2023, 19:00:07

Documento cdb51648-3953-433a-965c-a5496b0d389f **criado** por FABIO HENRIQUE MARQUES DO COUTO (6acccc55-f69f-4107-a856-a984348d1ac8). Email:fabiohenrique@folhape.com.br. - DATE\_ATOM: 2023-07-13T19:00:07-03:00

#### 13 Jul 2023, 19:00:19

Assinaturas **iniciadas** por FABIO HENRIQUE MARQUES DO COUTO (6acccc55-f69f-4107-a856-a984348d1ac8). Email: fabiohenrique@folhape.com.br. - DATE\_ATOM: 2023-07-13T19:00:19-03:00

#### 13 Jul 2023, 19:00:33

**ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL** - EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100 **Assinou** Email: fabiohenrique@folhape.com.br. IP: 179.186.133.14 (179.186.133.14.dynamic.adsl.gvt.net.br porta: 40238). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC SAFEWEB RFB v5,OU=A1,CN=EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100. - DATE\_ATOM: 2023-07-13T19:00:33-03:00

### Hash do documento original

(SHA256):b645929a7edd4de9b1b29f9cf19951693c1e042a7965ea8d835c7a74fac6148e  
(SHA512):211c6be7ddd1cb55d58f7bdb42266990a57a483ef041df274b53078549c617ade7d0fff79038d29161170c838ad776a93945c2ed2a50d7b0869dcb0f23102125

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

**Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign**